

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI - Nº 1.088 - BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 9 DE MAIO DE 2000

AGENDA

CE

EM DEBATE, O MONOPÓLIO DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO

A Comissão de Educação do Senado examina hoje relatório da senadora Luzia Toledo que acolhe emenda de Plenário a projeto que impede o monopólio no setor de telecomunicações e difusão de sons e imagem.

PÁGINA 2

CAE

FRAGA EXPLICA PAGAMENTO ANTECIPADO DE ROYALTIES AOS ESTADOS

Para explicar as operações de antecipação do pagamento de royalties pelas empresas aos estados, relativos ao uso de recursos naturais, o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, comparece hoje, às 17h, à Comissão de Assuntos Econômicos.

PÁGINA 2

Pedido de empréstimo à Previdência será votado

PÁGINA 2

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS RECEBERÁ EMENDAS ATÉ O DIA 15

O prazo para apresentação de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2001, que se encerraria ontem, foi prorrogado até o próximo dia 15. O anúncio foi feito ontem pelo presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho.

CONSELHO DE ÉTICA OUVI HOJE SERVIDOR DA POLÍCIA FEDERAL

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado reúne-se hoje para ouvir o servidor José Marcion da Silva, do Departamento de Polícia Federal, que vai prestar informações consideradas necessárias para instruir representação contra o senador Luiz Estevão. Presidido pelo senador Ramez Tebet, o conselho designou o senador Jefferson Péres para relatar a matéria.



O Plenário começa a discutir hoje emenda constitucional que permite eleição de estrangeiro para vereador

TVs por assinatura poderão transmitir canais do Congresso

Autor da proposta, senador Roberto Requião afirma que mudança garantirá que população veja de forma direta o que acontece no Legislativo

O Plenário do Senado poderá votar hoje projeto de lei do senador Roberto Requião que obriga todas as televisões por assinatura a transmitir a programação da TV Senado e da TV Câmara. De acordo com Requião, a medida permitirá que o Legislativo se apresente por

inteiro, "com seus defeitos e virtudes", perante a população brasileira. Hoje, o Senado inicia a discussão da proposta de emenda constitucional do senador Álvaro Dias que permite a eleição de estrangeiros residentes no Brasil para o cargo de vereador.

PÁGINA 2



Antonio Carlos, que considera "muito baixo" o mínimo de R\$ 151, afirma que parlamentares foram eleitos e não podem ser ameaçados

ACM repele ameaças na votação do mínimo

PÁGINA 2

Vinculação de verbas melhora saúde pública, prevê Hartung

PÁGINA 3

AOS LEITORES

Motivos de ordem técnica prejudicaram o fechamento da edição de hoje do *Jornal do Senado*. Aos leitores, pedimos as nossas desculpas. As matérias não aproveitadas nesta edição serão publicadas amanhã.

ACM repudia ameaças contra quem apóia mínimo maior

Senador discorda de afirmações do presidente da República de que pretende expulsar do governo quem votar contra salário de R\$ 151

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, protestou ontem contra as afirmações do presidente da República, que teria ameaçado expulsar da base governista os parlamentares que votassem contra a fixação do salário mínimo em R\$ 151 na sessão que o Congresso realiza amanhã.

— Acho ruim essa ameaça do governo e do próprio presidente da República. Os parlamentares foram eleitos, como o presidente, e ninguém pode ameaçar o outro. Eu acho que é muito pior o parlamentar roubar que votar por uma questão de consciência num

salário mínimo um pouco maior. De maneira que eu daria preferência a pegar ladrões — afirmou.

Com relação à posição do PFL, que decidiu votar a favor dos R\$ 151, em troca da possibilidade de aumento no início do próximo ano, Antonio Carlos disse que continua a defender um mínimo de R\$ 177 e acredita que até amanhã o seu partido poderá mudar de opinião. Ele enfatizou que não irá desobedecer a orientação partidária, embora não vá desistir de sua tese. “Continuo a pensar que R\$ 151 é um valor muito baixo”, frisou.



Antonio Carlos: “Continuo a pensar que R\$ 151 é um valor muito baixo”

CE examina proposta que veda monopólio em rádio e TV

A Comissão de Educação (CE) deverá começar hoje a examinar o relatório da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), que acolhe a emenda de Plenário do líder do governo, José Roberto Arruda (PSDB-DF), ao projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que impede o monopólio no setor de telecomunicações e difusão de sons e imagens.

A emenda do senador Arruda é supressiva. Ele entende que não faz sentido falar em monopólio no mercado radiofônico e televisivo brasileiro, onde coexistem, nas mesmas cidades ou regiões, emissoras pertencentes a sete ou oito grupos diferentes.

A senadora Luzia Toledo vai apresentar para votação na comissão um requerimento que propõe audiência pública para debate da chamada autonomia universitária. O pedido da senadora esclarece que a audiência, que será em Vitória (ES), não representará ônus para o Senado.

seu primeiro dia de discussão em Plenário hoje. De autoria de Álvaro Dias, a proposta também concede a esses estrangeiros o direito de votar nos pleitos municipais.

A matéria deverá ser votada na semana que vem, após os cinco dias de discussão em primeiro turno. Depois, será submetida a outros três dias de discussão antes de sua votação em segundo turno. A PEC tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi relatada pelo senador Carlos Wilson (PPS-PE).

Completam as votações de hoje quatro projetos de decreto legislativos sobre radiodifusão. Três deles renovam concessões de rádio: para a Fundação Radiodifusora OT de Congonhas (MG); Rádio Difusora OM de Catanduva (SP); e uma rádio em onda média para a Fundação Sagrado Coração de Jesus de União da Vitória (PR). O quarto outorga permissão para a Rádio Universitária FM de Araraquara (SP).

CAE analisa empréstimo para Previdência Social

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina hoje, às 10h, solicitação do governo federal para que seja autorizado pedido de empréstimo ao Banco Mundial no valor de US\$ 505 milhões, destinados à reforma da Previdência Social. O relator da matéria, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), é favorável ao empréstimo e apresentará projeto de resolução favorável à assinatura do contrato.

Tebet explica que os recursos não serão usados em novos investimentos, mas no pagamento da dívida externa e para a manutenção do nível das reservas cambiais. Segundo o senador, o empréstimo está amparado na Resolução 78/98, com pareceres da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do Banco Central, do Tesouro Nacional e da Comissão de Controle e Gestão Fiscal.

A CAE examina outros nove itens, como o substitutivo aos projetos de lei dos senadores Luiz Estevão (PMDB-DF) e José Roberto Arruda (PSDB-DF) que regulamentam o artigo 21 da Constituição, instituindo o Fundo Constitucional de Financiamento do Distrito Federal. O relatório do senador Maguito Vilela (PMDB-GO)

combinou os “pontos positivos” das duas propostas, que tramitam em conjunto e em caráter terminativo. Pelo substitutivo, o fundo terá como fonte inicial de recursos o valor previsto no Orçamento de 1999 para a manutenção das áreas de segurança, saúde e educação da capital federal. O Banco de Brasília (BRB) será o gestor dos recursos repassados pelo Tesouro Nacional.

Também está na pauta da CAE projeto de lei de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que pretende evitar a evasão fiscal causada pela venda no Brasil de cigarros e cerveja em lata destinados à exportação. O relatório do senador Edison Lobão (PFL-MA) é pela aprovação do projeto, que tem caráter terminativo.

Em reunião marcada para as 17h, o presidente do Banco Central (BC), Armínio Fraga, deve retornar à CAE para explicar as operações de antecipações de royalties (comissão contratual para uso de recursos naturais) devidos por empresas estatais a governos estaduais. Fraga vem acompanhado do diretor de Finanças Públicas e Regimes Especiais do BC, Carlos Eduardo de Freitas.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 9 DE MAIO DE 2000

PRESIDENTE
Antonio Carlos Magalhães

15h — Comparece à posse do ministro de Estado do Esporte e Turismo, Carlos Mello

15h30 — Preside sessão deliberativa do Senado Federal

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa

COMISSÕES

9h — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

10h — Comissão de Assuntos Econômicos. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

17h — Comissão de Assuntos Econômicos. Audiência Pública com o presidente do Banco Central, Armínio Fraga. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

11h30 — Comissão de Educação. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

14h — Comissão Mista dos Bingsos. Votação do relatório. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

Brasil 500



JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Viana anuncia retomada da "rodovia bioceânica"

O senador Tião Viana (PT-AC) registrou ontem a retomada das obras para a conclusão, em território brasileiro, da "rodovia bioceânica", que vai ligar o Brasil ao oceano Pacífico. A estrada passará pelo Acre e cruzará o Peru. Segundo o parlamentar, a rodovia não só vai abrir ao país "o acesso ao mercado asiático", como também irá beneficiar diretamente



Para Viana, a estrada levará o Brasil ao Pacífico

mais de 20 milhões de pessoas que habitam a região amazônica.

Para Tião Viana, apesar de os governantes ainda não considerarem a Amazônia prioridade nacional, a rodovia bioceânica, construída "às custas de enormes dificuldades e sacrifícios do povo brasileiro e das populações amazônicas", atende a uma necessidade de atualização do que é hoje a Amazônia brasileira e da "nova política do Brasil para o novo milênio".

Amir Lando critica MP para conflito agrário

A inércia por parte do poder público gera "um caldo de cultura de confronto", disse o senador Amir Lando (PMDB-RO) ao comentar a medida provisória (MP) do governo para responder às ocupações do Movimento dos Sem Terra (MST). Para



Para Lando, governo age sem respaldo da lei

o senador, em vez de o Executivo sair a campo para mudar a realidade, ele procura uma solução sem respaldo na Constituição.

— Como se a lei tivesse o condão mágico de transformar a realidade de uma hora para outra. Quando não se aponta uma solução negociada, o confronto é inevitável.

Amir Lando foi aparteado pelos senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Moreira Mendes (PFL-RO).

Heloísa propõe mais recursos para habitação

Parte do dinheiro pago ao FMI deve ser investido no financiamento de programas habitacionais, segundo a senadora alagoana

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) recomendou que o governo federal dedique parte dos recursos pagos ao Fundo Monetário Nacional (FMI) para o financiamento de programas habitacionais. Para a senadora, os sistemas habitacionais têm se mostrado insustentáveis e os sucessivos governos não conseguiram equacionar um problema que aflige milhões.

Conforme a senadora, o Brasil, nos últimos 40 anos, experimentou dois modelos de política habitacional: o Sistema Financeiro da Habitação



Heloísa Helena: o déficit habitacional hoje é de 12%

(SFH), implantado pelo regime militar, e o atual Sistema Financeiro Imobiliário (SFI). Para a parlamentar, nenhum atendeu às reais necessidades da imensa maioria da população. Do contrário, destacou, o país não teria um déficit habitacional de 12%. Na região Nordeste, o índice é de 45%. "As camadas com renda inferior a cinco salários mínimos concentram cerca de 85% do déficit" nacional, salientou.

Heloísa Helena disse que o primeiro modelo conseguiu construir ape-

nas seis milhões de unidades, beneficiando especialmente as classes média e alta. Já o SFI, implantado há três anos, vem provocando a proliferação de inadimplentes devido aos juros altos. A parlamentar informou que tem recebido inúmeras reclamações de cidadãos do seu estado que podem perder a moradia.

Com posicionamento contrário, o senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que foi justamente no regime militar que mais se construíram moradias. Já o senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que o governo tem tentado encontrar alternativas para o setor. O senador Tião Viana (PT-AC) lamentou que o SFH tenha contribuído para o rombo da Previdência.

Lauro Campos elogia juiz que defendeu sem-terra

O senador Lauro Campos (PT-DF) elogiou em Plenário o juiz Fernando da Costa Tourinho Neto, novo presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, pelas opiniões a favor das ocupações promovidas pelo Movimento dos Sem Terra (MST) publicadas pela revista *IstoÉ*. Para o senador, as palavras de Tourinho Neto trazem alento, ao defender o "direito justo".

— Em meio a tanto sofrimento e vergonha, desumanismo e volta à barbárie, encontro um momento para me rejubilar e refazer minha esperança. Encontro uma voz com a coragem de dizer que, onde não há produção, a invasão de terras é justa, e que reconhece estarmos vivendo 'o direito do avesso', que defende

os interesses da classe dominante.

Para Lauro Campos, o juiz Tourinho é uma exceção e demonstra independência e compromisso com o Direito. O senador considera que ao magistrado cabe muito mais do que simplesmente fazer cumprir as leis, mas procurar estabelecer o Direito.

— As declarações de Tourinho constituem surpresa em um sistema judiciário que trata de fazer o passado reger o presente, com juízes agraçados, medrosos e apegados a cargos e nomeações patrocinados pelo



Lauro: as palavras do juiz Tourinho Neto trazem alento

Executivo, despótico e autoritário.

O senador atacou ainda a postura do presidente Fernando Henrique Cardoso, que estaria tratando as questões sociais de forma policialesca, colocando-se em rota de colisão com a democracia.

Lauro Campos foi aparteado pelas senadoras Heloísa Helena (PT-AL) e Marina Silva (PT-AC), além dos senadores Amir Lando (PMDB-RO) e Geraldo Melo (PSDB-RN), que manifestaram respeito pelas posições do parlamentar petista.

Amorim: pedágios trazem lucros exorbitantes

Em apelo dirigido ao presidente da República, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) pediu que os encargos com pedágios, após a greve dos caminhoneiros, não sejam bancados pelos empresários, como anunciou o governo. Os empresários, segundo Amorim, já pagam 58 impostos para desenvolver suas atividades, enquanto apenas quatro ou cinco empresas concessionárias de rodovias federais estariam auferindo lucros com "pedágios exorbitantes".

De acordo com o senador, em



Amorim: empresários não podem bancar custos com pedágio

contraste com a inflação baixa e salários reduzidos e sem reajustes, as concessionárias têm aumentado regularmente os preços dos pedágios. O governo federal, por sua vez, "ao invés de ficar do lado do povo e do trabalhador, simplesmente ficou do lado das cinco empresas que exploram a população". Na opinião do senador, o governo deveria rever os "contratos leoninos" firmados com essas empresas.

Amorim também registrou sua expectativa de que o presidente do

Banco Central, Armínio Fraga, ao retornar ao Senado esta semana, traga uma solução para a dívida acumulada pelo Banco de Rondônia (Beron) durante os três anos e meio de intervenção federal. Nesse período a dívida da instituição financeira passou de R\$ 34 milhões para cerca de R\$ 500 milhões. "Essa dívida não é de Rondônia, pois foi contraída pelos interventores do Banco Central", reiterou.

A bancada federal de Rondônia, segundo o senador, está unida na busca de uma solução juntamente com o governo. Caso o diálogo não resolva o problema, "o único caminho será entrar na Justiça Federal e solicitar uma auditoria".

Jucá pede providências contra fraudes na merenda

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) pediu ontem em Plenário providências contra os desvios de recursos para a merenda escolar, conforme denúncias na imprensa. Jucá solicitou que o Ministério da Justiça acione a Polícia Federal para investigar as irregularidades.

Segundo o senador, o Ministério da Educação e a Advocacia-Geral da União estão preparando medida provisória que estende aos tribunais de Contas dos estados e dos municípios o poder de fiscalizar a destinação dos recursos federais à merenda. Hoje essa fiscalização está a cargo exclusivo do Tribunal de Contas da União (TCU).

— Quero alertar os diretores de escola, professores e pais de alunos, assim como os demais cidadãos, para que vigiem de perto a aplicação do dinheiro da merenda — disse Jucá.

— Ao citar reportagens publicadas nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense*, o senador disse que as 800 denúncias deixam claro que as fraudes não são mais pontuais, localizadas neste ou naquele estado. Ele lamentou que os fraudadores estejam prejudicando um programa que se mostrou vencedor ao elevar a assiduidade dos alunos carentes.

Em aparte, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) disse que há quatro anos já denunciava o roubo de merenda escolar. Ele elogiou a imprensa e o Ministério Público, que têm se mostrado mais vigilantes em relação ao problema. Amorim espera que o governo aja efetivamente no controle das verbas da merenda.

Também em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse que um volume tão grande de denúncias indica que os mecanismos de controle não foram efetivados. Ela pediu apoio ao requerimento do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que propõe a criação de CPI para apurar os desvios.

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) anunciou que nos próximos dias apresentará novas denúncias que envolvem a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e a Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB).



Para Romero Jucá, desvios atingem crianças pobres

Nabor nega ter indicado nomes para cargos federais no Acre



Nabor respondeu a reportagem publicada pelo jornal *O Globo*

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) contestou reportagem publicada pelo jornal *O Globo*, de 7 de maio último, na qual lhe são atribuídas indicações pessoais e políticas para o preenchimento de cargos no Acre. Estes cargos seriam nas superintendências regionais do DNER, INSS, Incra, Suframa, DRT e ECT. Segundo Nabor, a reportagem não "espelha" o que foi a sua participação na escolha dos atuais dirigentes.

Ele negou ter feito indicações para quaisquer dos cargos mencionados pelo jornal, explicando, caso a caso, o processo político de designação de superintendentes, diretores e delegados dos órgãos no seu estado. Embora não citada na reportagem, ele admitiu ter feito, contudo, a indicação "pessoal e política" do atual representante da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Odenir Cabral de Brito, "pessoa cujo talento e cuja seriedade foram comprovados em diversas atividades ligadas a órgãos estaduais, regionais e da União".

— Estou certo de que as informações que ora transmito ao Plenário merecerão correta acolhida pela equipe de jornalistas que, com seriedade e competência, fazem para *O Globo*, a cobertura do Congresso Nacional.

Livro relata memórias de um comunista

"Um livro fundamental para se compreender a história política brasileira nos últimos 50 anos." Assim o senador Roberto Freire (PPS-PE) define *Herança de um sonho — As memórias de um comunista*, de autoria do jornalista Marco Antônio Tavares Coelho, que será lançado hoje, às 20h, no restaurante Carpe Diem, em Brasília.

Freire observa que o livro permite uma compreensão clara da história sob a perspectiva da esquerda brasileira. Ex-deputado federal, o autor atualmente trabalha na Universidade de São Paulo (USP).

Hartung defende vinculação de verbas para a saúde

Senador considera que PEC obrigando investimentos federais, estaduais e municipais no setor pode romper quadro de exclusão social

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) defendeu a proposta de emenda constitucional que vincula recursos dos orçamentos federal, estaduais e municipais à área da saúde. A proposta foi encaminhada pela Mesa do Senado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Hartung disse que a medida é instrumento capaz de romper o quadro de exclusão social que caracteriza o país. A seu ver, ninguém tem dúvidas de que esse quadro só será revertido com políticas públicas nas áreas de saúde, educação, segurança alimentar e saneamento básico.

Segundo Hartung, a PEC, apresentada por Carlos Mosconi e outros deputados, foi aprovada na Câmara e enviada à CCJ no ano passa-

do, tendo sido recolhida pelo presidente do Senado sob o argumento de que proposta semelhante, apresentada por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), fora rejeitada e, assim, não poderia ser submetida à apreciação na mesma sessão legislativa.

A aprovação da emenda é urgente, na opinião de Hartung, dado que, por causa do atraso, R\$ 2 bilhões deixaram de ser investidos no setor só este ano.

Aos governadores que reagem à PEC sob a alegação de que seus or-



Hartung: R\$ 2 bilhões deixaram de ser aplicados só em 2000

çamentos serão engessados pela vinculação, Hartung afirmou que a alocação dos recursos será feita progressivamente, ao longo de cinco anos, de maneira "perfeitamente suportável para as contas de estados e municípios": no caso dos estados, 7% no primeiro ano, até 12%, vencidos os cinco anos; e de 7% até 15%, nos municípios.

Outro argumento apresentado pelo senador em favor da PEC foi o de que a proposta é coerente com a política de reformas constitucionais iniciadas pelo governo em 1995.

Marina condena bloqueio de e-mails de ecologistas

A senadora Marina Silva (PT-AC) protestou ontem contra o bloqueio que, segundo ela, está sendo feito às mensagens da Campanha "SOS Florestas" por técnicos do serviço de correio eletrônico do Senado. Os e-mails, enviados a partir do servidor da organização não-governamental WWF (Fundo Mundial para a Natureza), apóiam a proposta do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) para reforma do Código Florestal. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, opinou que a senadora tem razão e que o Prodasen não pode exercer censura.

Com o bloqueio, explicou a senadora pelo Acre, as mensagens enviadas estão sendo ignoradas pelo sistema, que não as remete aos destinatários. Segundo Marina Silva, a alegação dos técnicos do Senado de que as mensagens estariam congestionando o sistema de correio eletrônico não pode ser levada em consideração, já que, de acordo com informações do WWF, até o bloqueio, apenas 345 e-mails tinham sido repassados, o que não seria suficiente para congestionar o servidor do Senado.

— Se o senador não quer receber esse tipo de mensagem, ele que crie mecanismo próprio para



Marina Silva: bloqueio de mensagens é uma afronta à democracia

evitá-las, já que o Prodasen fazer isso é uma afronta à democracia — comentou Marina Silva.

Na opinião de Marina Silva, o Brasil está convivendo com uma espécie de pedágio ideológico, onde somente os que concordam com determinada posição política podem se locomover no país sem ser impedidos de chegar a seu destino. Ela citou os episódios na Bahia, durante a comemoração dos 500 anos, e no Paraná, em manifestação dos sem-terra.

Moreira critica festa de socialite para cadela

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) criticou em Plenário ontem a festa que a colunável carioca Vera Loyola anunciou para o casamento de sua "filha", a cadela Pepezinha:

— O que dizer desta senhora, cujo único intento é buscar notoriedade, mesmo tripudiando com as incríveis taxas de desemprego.

Moreira Mendes pediu à im-



Moreira aponta "insignificância de emergente rica"

prensa um novo tratamento "para a milionária emergente, de indiscutível futilidade, que se utiliza de um marketing sobre o inócuo":

— Tivesse o Brasil uma imprensa preocupada em denunciar essa propaganda que incensa vaidades pessoais, com a mesma coragem com que desmorona esquemas de corrupção e falcaturas en-

volvendo todos os escalões da República, Vera Loyola voltaria à sua insignificância de emergente rica.

O senador chamou a atenção para os rombos nos recursos públicos, os socorros que se fazem a banqueiros e bancos falidos, a precariedade da saúde pública, a falta de estrutura nas escolas, a falta de horizonte dos jovens, a prostituição infantil, e diversos outros problemas que afetam o país.

Dias quer reduzir ICMS cobrado da farinha de trigo

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) apresentou ontem uma proposta para diminuir a pobreza nos estados menos desenvolvidos do país — a redução da cobrança da alíquota de ICMS sobre a farinha de trigo, dos atuais 12% cobrados nas regiões Norte e Nordeste, para os 7% cobrados nas regiões Sul e Sudeste. Ele recordou ser do Senado a prerrogativa de legislar sobre alíquotas interestaduais de ICMS.

Osmar afirmou que um pequeno incentivo como este para os produtores de trigo poderia

resultar em aumento de área plantada da ordem de 2 milhões de hectares, de um ano para outro, gerando 110 mil empregos no campo e arrecadação da ordem de US\$ 750 milhões. Para ele, a farinha de trigo é um dos alimentos mais básicos e baratos, com mais de 100 subprodutos, entre eles o pão, a bolacha e o macarrão, não se justificando que sejam justamente os estados com menor poder aquisitivo aqueles que cobram mais imposto sobre o produto.

Para Osmar, é de se lamentar que o governo não tenha coragem de "peitar acordos lesivos para os interesses nacionais" como os contratos de compra de trigo da Argentina, que hoje concentram 95% de nossas importações. O senador explica que, por conta desse mercado cativo, a Argentina conseguiu aumentar de 8 para 14 milhões de toneladas-ano sua produção. Enquanto isso, o produtor do nosso trigo não encontra preço justo e acaba plantando outro produto.

Ministro da Albânia visita o Senado

O senador Ademir Andrade (PSB-PA), na presidência dos trabalhos, registrou ontem a visita ao Plenário do ministro das Relações Exteriores da Albânia, Palkal Mild. A senadora Heloísa Helena (PT-AL), que discursava no momento, saudou a comitiva.



Osmar: medida aumentaria a área plantada